



**AOFA**



Associação de Oficiais  
das Forças Armadas

## COMUNICADO DE IMPRENSA

### OS PILOTOS AVIADORES (PILAV's) E A DEFESA NACIONAL

1. De muitas e variadas formas está em curso a descaracterização e desestruturação das Forças Armadas, através de todo um conjunto de medidas que afectam a realidade militar e onde o respeito pela cidadania e a condição militar exigiriam postura diversa por parte dos que têm sob sua responsabilidade cuidar e promover a Defesa Nacional!
2. É a funcionalização dos militares tratando de igual forma o que definitivamente é diferente e é todo um conjunto de cegas alterações sobejamente denunciadas e que aqui relembramos: são as remunerações, o agravamento das condições dos militares deslocados, alterações avulsas do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) (reserva, promoções), a exponencial redução de efectivos com todas as consequências daí decorrentes, a paralisação das carreiras. Destacando-se ainda situações que reflectem **discriminação NEGATIVA** dos militares: a saúde militar, o congelamento das progressões no sistema remuneratório, as condições de cálculo da reforma e a degradação das pensões mais antigas, a extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.
3. É neste ambiente que operam os militares de hoje, em que a regra é a instabilidade e a consequente insegurança e onde pontifica uma cada vez maior falta de confiança. Em que, particularmente os mais jovens, procuram munir-se das “ferramentas” necessárias para, na primeira oportunidade, se “livrarem” de uma violenta realidade que lhes é imposta, traduzida nas deploráveis condições de vida a que são conduzidos, em paralelo com os severos deveres e restrições que a carreira militar acarreta.
4. Pois, é neste contexto e tendo como pano de fundo a irresponsável suborçamentação das Forças Armadas, que se situam os problemas vividos pelos **Pilotos Militares, já com particular impacto público no que respeita aos Pilotos Aviadores da Força Aérea.**
5. Importa dizer, antes de mais, que ser piloto militar não é o mesmo que ser piloto civil: operam em condições extremas, em teatro de operações, no campo de batalha e nouro tipo de operações, como sejam as missões de busca e salvamento, evacuações sanitárias, etc.
6. Mas, para que tal aconteça com a proficiência que se requer, impõe-se o treino necessário (fracções de segundo podem ser fatais na manobra), sob pena de ser colocados em risco, não só as tripulações e os que porventura lhe estão confiados, mas também os próprios sistemas de armas (aeronaves).
7. Para que se tenha uma ideia da atrição verificada, bastará dizer que se passou de 25.000 horas de voo (treino) em 2010 para 15.000 actualmente. Com implicações imediatas, traduzidas na **falta de qualificações para o voo das tripulações necessárias** e, relativamente aos pilotos que estão qualificados, em **deficiente treino** considerando as normas Nato, boas práticas e recomendações

existentes para esse efeito!

8. Situação que vai exponenciando óbvios e testemunhados riscos para a **segurança de voo**, ao mesmo tempo que, àqueles, poucos, a quem são conferidas qualificações, se exige esforço e disponibilidade muito para além do que seria razoável, sendo-lhes retirada a possibilidade de uma vida minimamente estável e em condições de relativa normalidade, o que dificulta nomeadamente o apoio à família, com, até, o aumento progressivo de divórcios, etc., etc.

9. Estado de coisas que a irresponsabilidade consente e promove, dando lugar a um monumental paradoxo:

- Havendo na Força Aérea pilotos suficientes para operar os meios aéreos, não há lugar a suficientes qualificações para que tal possa acontecer, constatando-se a generalizada insatisfação/indignação;
- Uns, porque conduzidos para actividades com as quais não se identificam minimamente, longe do que tinham estabelecido como opção de vida (voar), outros, os poucos qualificados, porque sujeitos a uma disponibilidade permanente que nem a condição militar autorizaria, roubando-lhes parcelas fundamentais do que poderiam e deveriam ser consideradas condições de vida normal, ainda que no contexto das exigências da vida militar.

10. A situação chegou a um ponto de degradação tal, que as missões de **busca e salvamento e evacuação sanitária na Região Autónoma da Madeira** já se realizam em condições seriamente comprometidas por falta de tripulações, nomeadamente de pilotos comandantes da aeronave EH-101!

11. Para além da salvaguarda dos legítimos interesses e expectativas dos lesados, somos confrontados com a constatação de que o abandono de fileiras a que se vai assistindo é claramente **lesiva da capacidade operacional das Forças Armadas e do investimento feito na formação destes profissionais**. A sangria dos mais experientes e qualificados para o mercado da aviação civil, empurrados pelas condições existentes, através dos cada vez mais frequentes pedidos de abate ao quadro, esvazia as unidades operacionais dos seus mais valiosos recursos, **que só poderão ser repostos com grande dispêndio de tempo e dinheiro** – duas graves carências para um problema por demais urgente, tendo em conta o interesse nacional.

12. Se a tudo isto aditarmos a escassa compensação remuneratória para as correspondentes responsabilidades (um Tenente auferir pouco mais de 1.400,00€ mensais) e tudo o resto que afecta os pilotos e os restantes militares, tornam-se claros os motivos de indignação que vão grassando entre estes camaradas que têm a cargo todo um conjunto de responsabilidades (defesa aérea, transporte, patrulhamento, fiscalização, busca e salvamento, evacuação sanitária, cooperação no âmbito da protecção civil, etc.) fundamentais para as **funções de soberania e apoio às populações cometidas às**

## **Forças Armadas!**

13. Conhecedores deste quadro, ficamos pasmados com as declarações do Sr. Ministro da Defesa Nacional, quando veio a público dizer que se recusava a acreditar que, a existirem questões de segurança, os comandantes e chefes, certamente incluindo aqui o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, não o permitiriam...

14. Ainda que, infelizmente, já habituados ao desmedido cinismo do Sr. Ministro, não resistimos a denunciar aqui a forma como procura alijar responsabilidades exclusivamente suas (tem sido assertiva e convenientemente alertado para a situação), pois deveria estar ciente de que os militares, ao jurarem defender a Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida, não o fazem gratuitamente! Porque, sendo formados e educados a servir a Pátria, colocam à frente de tudo o resto as missões que lhes são determinadas. São essas as razões, Sr. Ministro, que o Sr. tem dado sobejas provas ter dificuldade em compreender!

15. E é, por isso também, que a generalidade dos militares, nos diferentes contextos e particularidades em que operam, resistem à degradação das condições a que têm vindo a ser sujeitos. Porque servem e não é objectivo deles servirem-se. Porque juraram servir a Pátria! Mau grado sabermos que vai sendo comum os chefes, na sua acção de Comando, confrontarem-se com cada vez maiores dificuldades na liderança de homens e mulheres tão violentamente desconsiderados e submetidos a condições que colocam em causa a sua própria dignidade reflectida na incapacidade de muitos em satisfazer os compromissos assumidos, nomeadamente a satisfação de necessidades básicas das respectivas famílias.

16. Desiludidos e desconsiderados, os militares e nomeadamente os nossos camaradas Pilotos Aviadores, procuram outras soluções para as suas vidas?

17. Solução dos governantes: aprisionem-se os militares!

Alterando as condições de passagem à reserva e obrigando-os, no caso dos Pilotos Aviadores, ao cumprimento do tempo mínimo de 17 anos de serviço efectivo (12 anos após ingresso nos QP e 5 anos de curso), uma vez que o abate ao quadro antes de cumprido tal pressuposto só é possível mediante o pagamento de indemnizações milionárias!

E foi-nos confidenciado que, atentas as dificuldades actuais para a sua retenção nas fileiras se insiste no mesmo remédio: a **inscrição no EMFAR** de um tempo mínimo de **19 anos** de serviço efectivo para abate aos QP (**14 anos** após ingresso nos QP e 5 anos de curso)!

18. Haja decência, Srs. governantes! Para tudo há limites!

19. Sabedores de que há parcelas de soberania que a governação se encarregou de alienar, não queremos ser coniventes com a parcela que, no âmbito da Defesa Nacional, nos cabe a nós, militares, garantir!

20. Também por isso a Associação de Oficiais das Forças Armadas ciente do que se passa não só com

os nossos camaradas Pilotos Aviadores, mas com a generalidade dos militares, reclama da parte dos poderes constituídos, particularmente dos responsáveis pela governação algo que obstinadamente teimam em esquecer: **RESPEITO pela condição militar e pela dignidade dos que servem nas Forças Armadas!**

O Presidente

Manuel Martins Pereira Cracel  
Coronel